

CAPACITAÇÃO DE ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Silvia Leticia Gato Costa¹; Wilson Sabino²

¹Estudante do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde – ISCO – UFOPA; E-mail: leticiagato22@gmail.com,

²Docente do Instituto de Saúde Coletiva – ISCO – UFOPA. E-mail: wilsonsabino14@gmail.com

RESUMO: A Participação Social é constitucionalmente garantida a qualquer cidadão, sendo parte fundamental para a gestão e controle de políticas públicas. O objetivo deste estudo é relatar a experiência na execução de atividades de capacitação de adolescentes do ensino médio ao exercício da cidadania e controle social em saúde. Realizou-se, no período de execução do projeto, rodas de conversas, apresentações orais e dinâmicas na escola Estadual de Ensino Médio Álvaro Adolfo da Silveira, município de Santarém, Pará, com a participação de 41 alunos do primeiro ano do Ensino Médio, do turno vespertino. As oficinas aconteceram semanalmente, no período de março a agosto de 2017. As experiências foram relacionadas à execução de métodos que promovessem reflexões -acerca dos Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde, dando ênfase à participação social e levantando questões relacionadas à Saúde e seus determinantes. Este processo gerou debates e construção mútua de conhecimento, favorecendo a apropriação de saberes que estimularam empoderamento e luta diária por direitos e espaço no controle social na saúde. Portanto, todas essas experiências mostram a necessidade de se produzir mais atividades e ações voltadas a multiplicar informações sobre o papel de cada um na sociedade, relacionadas, principalmente, aos direitos constitucionais. Este processo de formação pode gerar maiores reflexões do papel dos indivíduos para com o Estado, ampliando a percepção das responsabilidades mútuas na elaboração e controle das políticas públicas de saúde.

Palavras-chave: adolescentes; cidadania; controle social; saúde.

INTRODUÇÃO

A construção de Políticas Públicas em Saúde tem enfrentado inúmeros desafios, dentre eles está o de efetivá-las de maneira que garantam o cumprimento dos princípios e diretrizes basilares do Sistema Único de Saúde (SUS), com a Participação Social, que é constitucionalmente garantida, sendo parte fundamental para a gestão dessas políticas. Costa e Vieira (2013) afirmam que, ao institucionalizar a participação social, garante-se que a sociedade seja parte integrante nas decisões do Estado, como forma de democratização da esfera pública, passando então a ser corresponsável por essas decisões.

Para Chauí (1993) apud Silva et al (s.d), a participação do sujeito nas decisões de cunho público, para, assim, ter a possibilidade de intervir, está ligada à proporção e à qualidade das informações que ele recebe. Partindo desse pressuposto, fez-se necessário levantar e debater assuntos relacionados à saúde e à participação da sociedade na elaboração, fiscalização e controle das políticas públicas, por meio dos Conselhos e Conferências, com a execução de rodas de conversas que estimulassem adolescentes do ensino médio a se empoderarem de informações sobre os seus direitos de Participação Social no SUS, garantidos nas Leis nº 8.880/90 e nº 8.142/90 (BRASIL, 1990).

Aliando-se à necessidade de se propagar a importância de a população participar efetivamente nas decisões do Estado, pensou-se primeiramente em quais os mecanismos para promover informação que atingiriam uma determinada comunidade e, conseqüentemente, ressignificar aqueles a quem se repassa o conhecimento. Entende-se que a fase da adolescência, estando em meio escolar, seja uma fonte promissora de gerar conhecimento, por ser justamente nesta fase da vida que se começa a construção do pensamento crítico do ser humano. Assim sendo, este estudo tem como objetivo relatar a experiência na execução de atividades de capacitação de adolescentes do Ensino Médio ao exercício da cidadania e controle social em saúde.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho constitui-se em um relato de experiência sobre a execução de atividades de capacitação de adolescentes do Ensino Médio ao exercício da cidadania e controle social em saúde, dentro do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), o qual se integrou ao Projeto de Extensão Promoção da Equidade em Saúde no Baixo Amazonas. O relato em questão é resultado de oficinas realizadas na escola Estadual de Ensino Médio Álvaro Adolfo da Silveira, município de Santarém, Pará, com a participação de 41 alunos do primeiro ano do Ensino Médio, do turno vespertino. As oficinas aconteceram semanalmente, no período de março a agosto de 2017 e foram divididas em temáticas, tais como: O que os Adolescentes Pensam sobre o que é Saúde; Desconstruindo Mitos; e Fatores que

Influenciam a Saúde. Foram realizadas rodas de conversas, apresentação de trabalhos orais pelos alunos e dinâmicas. Através dessas oficinas, foram realizadas 05 viagens para comunidades ribeirinhas e rurais, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde, para realização de pré-conferências, assim como participação na 14ª Conferência Municipal de Saúde, como forma de fortalecimento do conhecimento científico, correlacionado à prática na Participação e Controle Social na saúde pública do município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para obter uma melhor compreensão de como se concretiza o exercício da cidadania no Sistema Único de Saúde e a sua efetivação no município de Santarém - Pará, ocorreram momentos de significativa relevância para embasar a execução das atividades com os alunos, como a participação ativa nas pré-conferências municipais, em regiões ribeirinhas e rurais do município (Figura 01 e 02), participação da Conferência Municipal de Saúde e reuniões no Conselho Municipal de Saúde.



Figura 01: Pré-Conferência na Comunidade Ribeirinha de Nuquini.



Figura 2: Pré-Conferência na Comunidade de São Brás - Eixo Forte

Todo esse processo de participação em pré-conferências permitiu experiência para execução das atividades de capacitação junto aos adolescentes. O processo permitiu conduzir as oficinas com a proposta de estimular a cidadania no âmbito da saúde pública, a participação nos instrumentos e espaços sociais responsáveis pela efetivação do controle social no SUS, como: o Conselho Municipal e Conferências Municipais, e as associações de moradores dos bairros.

Com essas oficinas, foi possível reconhecer a importância de formar multiplicadores para essa temática que é fundamental para a construção de políticas públicas participativas, que atendam as reais necessidades da população, cumprindo os princípios e diretrizes do SUS. As oficinas possibilitaram o uso de instrumentos didáticos que estimulassem a reflexão e levantassem debates para fortalecimento do aprendizado sobre a temática, tais quais o uso de dinâmicas como: “chuva de ideias” e figuras. Houve a possibilidade, primeiramente, de trazer temas sobre saúde que permitissem “quebrar” mitos enraizados, relacionando a saúde como “ausência de doença”, dinâmica essa que permitiu aos participantes a percepção de que saúde está além do aspecto biológico, que envolve o ambiente em que

se vive, renda, alimentação, saneamento básico, estilo de vida, dentre outros determinantes sociais que podem ser promotores de doenças e/ou saúde.

Os adolescentes também foram estimulados, por meio de discussões em grupos, a pensar “quais os lados positivos e negativos em ser adolescentes”, momento em que levanta-se diferentes assuntos para desfazer os “mitos da adolescência” demonstrados nas falas. Como pontos positivos, foram expostos: “ter pouca responsabilidade; muita energia para gastar; descobrir o mundo de uma maneira diferente; liberdade de expressão. E os negativos: “ser criticado por suas decisões; acostumar-se com as mudanças no corpo; não ter liberdade; sentimento de estar sozinho; não ter opinião própria”. Dentre outros pontos que foram abordados, pôde-se discutir e orientar sobre as responsabilidades da adolescência, as mudanças comuns nesta faixa etária e a importância de se manter uma boa relação social com a família e amigos.

Além desses temas, levaram-se explicações sobre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, a citar: Universalidade, Integralidade, Equidade, Descentralização e Participação Social, assim como o papel e o funcionamento dos Conselhos e Conferências de Saúde, explicando todo o processo de construção e atuação desses espaços destinados ao controle social. Fazendo-os compreender a importância da participação da comunidade nos processos de construção e implementação de políticas públicas para a saúde.

CONCLUSÕES

Todas essas experiências mostraram a necessidade de se produzir mais atividades e ações voltadas a multiplicar informações sobre o papel de cada um na sociedade perante seus direitos constitucionais de participação e controle social. Percebeu-se a necessidade do uso de métodos que favoreçam um fácil entendimento para esse grupo etário, que, principalmente, estimulem as mudanças quanto à forma em que as pessoas veem a saúde pública. Porém, além do conhecimento dos seus direitos, deve-se sensibilizar os indivíduos sobre saúde e seus determinantes, partindo da premissa de que saúde não é simplesmente “ausência de doença”, mas envolve todo o contexto social, ambiental, cultural, dentre outros em que a pessoa e/ou a comunidade estejam inseridos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão-PIBEX da UFOPA por fomentar este projeto, que resultou neste relato.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de Set de 1990. Brasília: DF. 1990. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

COSTA, A. M.; VIEIRA, N. A. Participação e controle social em saúde. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde*, 2013, v. 3. p. 237-271.

SILVA, A.X, *et al.* A importância estratégica da informação em saúde para o exercício do controle social. Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde, p. 684, s.d.